



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU GESTÃO EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS.
CCTA/UFPG - CAMPUS DE POMBAL - PB

DAMIÃO AUGUSTO DE MEDEIROS

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE CONSUMO DOS RESTAURANTES
UNIVERSITÁRIOS DA UFPG NOS MUNICÍPIOS DE PATOS, POMBAL E SOUSA.

POMBAL-PB

2023

DAMIÃO AUGUSTO DE MEDEIROS

**AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE CONSUMO DOS RESTAURANTES
UNIVERSITÁRIOS DA UFCG NOS MUNICÍPIOS DE PATOS, POMBAL E SOUSA.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação stricto sensu em Gestão e Sistemas Agroindustriais PPGSA da Universidade Federal de Campina Grande, CCTAUFCG, Campus Pombal, como requisito avaliativo.

ORIENTADORES: Aline Costa Ferreira

Jussara Silva Dantas

POMBAL – PB

2023

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado Bibliotecas – SISTEMOTECA/UFCG**

M488a

Medeiros, Damião Augusto de

Avaliação dos indicadores de consumo dos restaurantes universitários da UFCG nos municípios de Patos, Pombal e Sousa. / Damião Augusto de Medeiros . – Patos, 2022.
42 f.

Orientadora: Aline Costa Ferreira.

Coorientadora: Jussara Silva Dantas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais.

1. Agroindústria. 2. Restaurante Universitário. 3. Indicadores de Consumo. 4. Produtos agroindustriais. 5. I. Ferreira, Aline Costa, *orient.* II. Título.

CDU 640.522.4

Bibliotecário-documentalista: Bárbara Costa – CRB-15/806

Damião Augusto de Medeiros

**AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE CONSUMO DOS RESTAURANTES
UNIVERSITÁRIOS DA UFCG NOS MUNICÍPIOS DE PATOS, POMBAL E SOUSA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina
Grande, como parte dos requisitos necessários para obtenção
do título de Mestre em Sistemas Agroindustriais.

APROVADO EM: 23/05/2023

BANCA EXAMINADORA



D. Sc. Aline Costa Ferreira
(Orientadora– UAGRA/CCTA/UFCG)

D. Sc. Jussara Silva Dantas
(Orientadora-UAEF/CSTR/UFCG)

D. Sc. Lauter Silva Souto
(Examinador UAGRA/CCTA/UFCG)

D. Sc. Carlos Sérgio Araújo dos Santos
(Examinador Externo-UAGRA/CCTA/UFCG)

D. Sc. Décio Carvalho Lima
(Examinador Externo-CSTR/UFCG)

Pombal-PB

2023

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa uma conquista muito importante para mim e, por isso, gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para torná-lo possível.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e à minha família pelo constante apoio e incentivo ao longo desta jornada.

Gostaria de expressar minha gratidão às minhas orientadoras, Aline Costa Ferreira e Jussara Silva Dantas, que sempre estiveram presentes, me motivaram e confiaram em meu trabalho. Suas valiosas contribuições foram essenciais para o sucesso deste projeto.

Não posso deixar de agradecer à banca examinadora, pelos valiosos comentários e sugestões que me foram oferecidos para o aprimoramento deste trabalho.

Além disso, gostaria de agradecer aos professores do programa de mestrado em Gestão de Sistemas Agroindustriais, pelos ensinamentos e pela paciência demonstrada durante todo o período em que estive matriculado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu amigo Décio Carvalho Lima, cuja colaboração foi essencial na elaboração e execução desta dissertação.

Todos vocês foram peças fundamentais nesta jornada e sou muito grato por terem me ajudado a alcançar este importante marco em minha carreira acadêmica.

MEDEIROS, D. A. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE CONSUMO DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DA UFCG NOS MUNICÍPIOS DE PATOS, POMBAL E SOUSA. 2023. 42 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2023.

RESUMO

Este estudo busca analisar os impactos das compras públicas de produtos agroindustriais nos centros universitários da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizados em Patos, Sousa e Pombal, no sertão da Paraíba. O presente trabalho, destina-se a elaboração de dissertação de conclusão de curso do Programa de Mestrado em Sistemas Agroindustriais-PPGSA da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. O objetivo é desenvolver indicadores que auxiliem no planejamento orçamentário futuro da instituição. Durante a pesquisa, observou-se uma tendência significativa no consumo de alimentos provenientes do setor agroindustrial nos centros universitários estudados. No Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), 97,60% das compras totais, no valor de R\$1.248.154,30, foram destinados a produtos agroindustriais. No Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), 91,66% das compras totais de R\$1.964.903,45 foram direcionados a produtos agroindustriais. No Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), 90,93% das compras totais de R\$3.662.579,50 foram destinados a produtos agroindustriais.

Palavras Chave: Agroindustrial Pereiros; Espinharas; Pregão Sertão; Rio Piancó; Vale dos Dinossauros.

MEDEIROS, D. A. EVALUATION OF CONSUMPTION INDICATORS AT UFCG UNIVERSITY RESTAURANTS IN THE MUNICIPALITIES OF PATOS, POMBAL AND SOUSA. 2023. 42 f. Dissertation (Master in Agroindustry Systems) - Federal University of Campina Grande, Pombal, 2023.

ABSTRACT

This study aims to analyze the impacts of public procurement of agro-industrial products in the university centers of the Federal University of Campina Grande (UFCG) located in Patos, Sousa, and Pombal, in the rural region of Paraíba. This research is intended as a dissertation for the completion of the Master's Program in Agroindustrial Systems-PPGSA at the Federal University of Campina Grande-UFCG. The objective is to develop indicators that assist in the future budgetary planning of the institution. During the research, a significant trend in the consumption of agro-industrial products was observed in the university centers under study. In the Center for Legal and Social Sciences (CCJS), 97.60% of the total purchases, amounting to R\$1,248,154.30, were allocated to agro-industrial products. In the Center for Agri-Food Science and Technology (CCTA), 91.66% of the total purchases of R\$1,964,903.45 were directed towards agro-industrial products. In the Center for Health and Rural Technology (CSTR), 90.93% of the total purchases of R\$3,662,579.50 were allocated to agro-industrial products.

Key words: Agroindustrial Pereiros; pimples; Pregão Hinterland; Piencó River; Dinosaur Valley.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Divisão regional da Paraíba	29
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais características dos regimes alimentares	17
Quadro 2. Sistematização dos conceitos de governança pública.....	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Categorias da agroindústria por nível de transformação de matérias-primas	16
Tabela 2. Levantamento de Pregões Eletrônicos CCJS	32
Tabela 3. Levantamento de Pregões Eletrônicos CCTA.....	33
Tabela 3. Levantamento de Pregões Eletrônicos CSTR	34
Tabela 4. Leis federais para incentivos da produção agroindustrial	38

LISTA DE SIGLAS, ABREVIACÕES E TERMOS TÉCNICOS

CCJS	Centro de Ciência Jurídicas e Sociais
CCTA	Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar
CDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Federação Brasileira de Agricultura e Pecuária
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CSTR	Centro de Saúde e Tecnologia Rural
EXCEL	Software de manipulação de planilhas eletrnicas, integrante do Office da Microsoft
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ME	Ministério da Economia
OFFICE	Pacote de Softwares produzidos pela Microsoft
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
RU	Restaurante Universitário
STD	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
USP	Universidade de São Paulo
WORD	Software de editoração de textos, integrante do Office da Microsoft

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVO	14
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
3.1. Produção agroindustrial	15
3.2. Compras governamentais.....	17
3.3. Gestão Pública e agronegócio	25
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS	29
4.1. Caracterização geográfica do território.....	29
4.2. Classificação de pesquisa.....	30
4.3. Método de coleta e tratamento dos dados.....	31
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5.1. Apuração do resultado dos Pregões.....	32
5.2. Parâmetros para dimensionamento orçamentário de compras	36
5.3. Programas Governamentais de Compras Públicas	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
7. REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Certamente, os produtos agroindustriais são fundamentais para o desenvolvimento de atividades tanto no setor público quanto no privado. Esses produtos são derivados da agropecuária e da indústria alimentícia e englobam uma grande variedade de itens, como grãos, frutas, carnes, laticínios, açúcar, óleos vegetais, entre outros.

As contratações governamentais de bens e serviços são importantes por diversos aspectos, sendo os mais comuns o montante envolvido e a importância das compras públicas para a economia do país. No setor público, os produtos agroindustriais são utilizados em diversas atividades, como a alimentação escolar, programas de assistência social, abastecimento de hospitais e presídios, entre outros. Esses produtos também são utilizados como insumos em diversas indústrias, como a produção de biocombustíveis, cosméticos, medicamentos, entre outros.

Além disso, a produção de produtos agroindustriais tem um papel importante na economia do país, pois gera empregos e renda para milhões de pessoas em todo o mundo. A agricultura e a indústria alimentícia são setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social de diversos países, e a produção de produtos agroindustriais é uma das principais atividades desses setores. Portanto, os produtos agroindustriais são elementos essenciais para o desenvolvimento de diversas atividades, tanto no setor público quanto no privado, e têm um papel fundamental na economia e no bem-estar social de muitos países.

O consumo alimentar é um aspecto essencial da qualidade de vida. Os contratantes de serviços de alimentação precisam avaliar constantemente suas necessidades para garantir que tenham suprimentos suficientes para atendê-las. No entanto, mudanças na situação econômica ou social também podem influenciar essas necessidades. Existem muitos fatores que podem influenciar o setor de serviços alimentícios, incluindo preços ao consumidor, tendências do consumidor e demanda do consumidor. Este estudo tem como objetivo documentar o consumo de produtos agroindustriais por contratantes de serviços de alimentação da Universidade Federal de Campina Grande nos municípios de Patos, Pombal e Sousa no Estado da Paraíba.

Para que haja boa governança, é necessário que os recursos sejam despendidos de maneira adequada, visando à aquisição na quantidade, preço, qualidade, tempo e locais corretos como demonstrado em Shakya (2015). Uma das necessidades mais urgentes do setor de serviços alimentícios é medir o nível de consumo de matérias-primas como café e leite. O grão de café é uma matéria-prima que deve ser consumida antes de ser torrada e moída para fazer o café. O nível de consumo deste produto deve ser medido para que se mantenham níveis de oferta

adequados para atender a demanda. O grão de café é um ingrediente crítico na produção de café, por isso é essencial saber quanto café é produzido e consumido diariamente para garantir um nível de oferta suficiente. Medir o nível de consumo de matérias-primas, como grãos de café, ajuda os fornecedores de serviços de alimentação a determinar suas necessidades de compra com mais precisão. Medir o consumo de grãos de café também é útil para os produtores porque os ajuda a determinar os níveis de produção para que possam maximizar os lucros de cada colheita.

Outro desafio é avaliar a real necessidade de cada produto de determinar seu nível de consumo. “Em relação ao Brasil, os números divergem, e não é possível encontrar um consenso acerca do real volume de aquisições governamentais na economia”. (COSTA E TERRA, 2019, p. 7). Em alguns casos, os fornecedores de serviços de alimentação podem precisar de mais matérias-primas do que consomem atualmente, porque os novos desenvolvimentos no setor de serviços de alimentação podem exigí-las. Em outros casos, porém, o nível de consumo de um produto pode já ser suficiente para os níveis de demanda atuais. Para evitar a compra excessiva ou sub compra de produtos, é importante avaliar regularmente os níveis de consumo para que as decisões de compra possam ser tomadas com eficiência. Mudanças na situação socioeconômica também podem influenciar a compra de serviços de alimentação. Uma maneira de determinar as necessidades de serviços de alimentação é por meio de uma pesquisa de preferência dos alunos, que também deve incluir perguntas idênticas para cada ano letivo. Esse método pode ajudar os fornecedores de serviços de alimentação a determinar suas necessidades atuais para que possam tomar decisões de compra de acordo. No entanto, pode haver momentos em que as demandas dos alunos mudam ao longo do tempo e as pesquisas nem sempre refletem com precisão essas mudanças. Diferentes métodos são necessários para medir com precisão os níveis atuais de demanda para que as decisões de compra possam ser tomadas com eficiência. Outra forma é comparar as vendas de anos anteriores e fazer ajustes para atender a demanda atual, se necessário. O nível de vendas de cada item deve ser registrado diariamente, para que eventuais variações possam ser avaliadas periodicamente para cada ano letivo. No entanto, esse método só funciona se todos os funcionários souberem quais produtos precisam ser vendidos a cada dia e quando precisam ser vendidos, para que a oferta corresponda exatamente aos níveis de demanda. Se os funcionários não estiverem cientes de seu papel em garantir níveis de compra eficientes, esse método não funcionará muito bem.

Os contratantes de serviços de alimentação devem avaliar constantemente a quantidade de matérias-primas, como leite e grãos de café, que consomem diariamente. Para que possam

tomar decisões de compra com eficiência. No entanto, mudanças na situação socioeconômica também podem influenciar essas necessidades e devem ser levadas em consideração na tomada de decisões de compra. Ambos os métodos, medindo as tendências do consumidor e avaliando a demanda atual do consumidor, têm seus prós e contras; saber qual método funcionará melhor para cada provedor depende de suas circunstâncias únicas.

2. OBJETIVO

Elaboração de indicadores que permitam dimensionar as compras de produtos agroindustriais nos Campus da UFCG nas cidades de Patos, Pombal e Sousa, localizadas no sertão paraibano.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Produção agroindustrial

O sistema agrário mudou a civilização ao quebrar as barreiras sociais, econômicas e políticas que existiam anteriormente entre as pessoas. Isto foi possível devido às mudanças na agricultura que vieram com a introdução do Sistema Agrário. Este, para ETGES e KARNOPP (2020, p. 271): “é um modo específico de artificialização da natureza, visando a obtenção de produtos biológicos de interesse do homem”.

A agricultura agrária era um novo sistema que permitia aos agricultores operar suas próprias fazendas. Ele também introduziu novas práticas agrícolas como rotação de culturas, irrigação de controle e sementes que tornaram possível o cultivo consistente de culturas ano após ano.

O Sistema Agrário é um velho método agrícola usado em vários países do mundo inteiro. A palavra "agricultura" vem da palavra grega "agro" que significa "campo" ou "fazenda" e "cultura" que significa "coisas que crescem". O objetivo original deste método era dar mais descanso à terra para que ela pudesse produzir mais colheitas em menos tempo a cada ano. Isto ajudou a quebrar as barreiras sociais, criando vilas autossuficientes com todos trabalhando em seus próprios campos. “A agroindústria, juntamente com o setor de distribuição da produção para o consumidor final, constitui o denominado agregado III ou a jusante do agronegócio.” (FRAVO e ALVES: 2020, p.21). Austin (1992) apud Fravo e Alves (2020) apresentam as categorias da Agroindustrial por nível de Transformação de matérias-primas, conforme a tabela 1, apresentada a seguir.

Tabela 1. Categorias da agroindústria por nível de transformação de matérias-primas

Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Atividades de processamento selecionadas			
		Cozimento	
		Pasteurização	
Limpeza	Descaroçamento	Conserva	Alterações químicas
Classificação	Moagem	Desidratação	Texturização
Armazenamento	Corte	Congelamento	
	Mistura	Tecelagem	
		Extração	
		Montagem	
Exemplo de produtos			
	Grãos de cereais	Laticínios	
	Carnes	Frutas e vegetais enlatados ou congelados	
	Especiarias	Carnes cozidas	Alimentos instantâneos
Frutas frescas	Alimentos para animais	Têxteis e vestuário	Produtos vegetais texturizados
Vegetais frescos	Juta	Óleos vegetais refinados	
Ovos	Algodão	Mobília	Pneus
	Madeira serrada	Açúcar	
	Borracha	Bebidas	
	Farinha		

Fonte: Austin (1992)

O agracle era um tipo de propriedade fundiária na Grécia antiga, especificamente uma que era operada por escravos, em oposição a homens livres ou cidadãos como parte de suas obrigações de cidadania sob a lei ateniense. Um "agror" era qualquer pedaço de terra utilizado para fins agrícolas, fosse de propriedade privada ou de propriedade comum dos moradores de uma aldeia; a palavra "agricultura" originalmente significava "trabalho útil" LOPES et al (2019, p.81) coloca que: “As noções de desenvolvimento rural fizeram com que, a partir da década de 1980, a agricultura considerada como de pequena escala detivesse maior atenção no que diz respeito às políticas públicas governamentais. ”

Nierdele e Junior (2018, p.33) demonstram as principais características dos regimes alimentares no quadro 1, que segue apresentado.

Quadro 1. Principais características dos regimes alimentares

	I Regime IMPERIAL- COLONIAL (1870 – 1920)	II Regime MERCANTIL- INDUSTRIAL (1940 – 1970)	III Regime NEOLIBERAL- FINANCEIRO (1980 –)
Centro de Poder	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Estados Unidos – China
Liderança	Estados colonizadores associados à elite agrária	Empresas agroindustriais associadas ao Estado	Setor financeiro e corporações transnacionais
Modo de Regulação	Impérios Coloniais	Estados Nacionais	Corporações desterritorializadas
Ideologias dominantes	Liberalismo e Colonialismo	Nacional-Desenvolvimentismo	Neoliberalismo Global
Sistema monetário	Padrão-Ouro	Padrão-Dólar	Dólar Flexível
Paradigma Tecnológico	Tradicional	Industrial	Biotecnológico
Agricultura	<i>Plantation de exportação</i>	Matérias-primas industriais	Alimentação, Fibras, Energia

Fonte: Elaborado a partir de Schumeider, Schubert e Escher (2016), Friedman e McMichael (1989); McMichael (2016) e Friedman (2016).

Segundo Nierdele e Junior (2018, p.33) O terceiro regime é objeto de interpretações distintas no que tange à sua existência, periodização, nomenclatura e configuração. Por um lado, Friedman (2005 apud: Nierdele e Junior (2018, p.33) sugere que ele define apenas uma configuração emergente. A era da industrialização mudou o modo de vida de muitas pessoas e até afetou seu modo de vida. A revolução industrial trouxe consigo um novo conceito: a indústria.

3.2. Compras governamentais

A Constituição brasileira e as leis federais compreendem o quadro legal para a transferência de bens pelo governo. A Constituição concede ao Governo Federal o poder de adquirir, administrar e dispor de bens a seu critério Costa et al (2018, p.743) discorre sobre a difusão da cultura gerencial e da crise do Estado por volta de 1970: “No esteio da difusão da

cultura gerencial e da crise do Estado, sobretudo a partir dos anos 1970, a necessidade de tornar o Estado mais eficiente possibilitou a ascensão de modelos como a Nova Administração Pública. ”

Conforme mencionado por Costa et al 2018, p. 743: “já nos anos 90, esse contexto propiciou discutir a governança na esfera pública e resultou no estabelecimento dos princípios básicos que norteiam as boas práticas de governança nas organizações públicas (IFAC, 2013): transparência, integridade e prestação de contas.” O Governo do Brasil tem uma variedade de entidades com mandatos variados, e um amplo espectro de ativos que pode adquirir. Consequentemente, há vários métodos pelos quais o governo adquire propriedades ou serviços.

A Lei Federal de Contabilidade e Finanças regulamenta a gestão contábil e financeira do setor público. A Secretaria Federal de Administração de Ativos Públicos administra os ativos públicos. A Administração Federal do Patrimônio Público é responsável pela administração e disposição dos bens do governo federal. Os bens podem vir do governo federal, estadual ou local. Os ativos podem incluir terrenos, edifícios, veículos, equipamentos e outros bens tangíveis ou intangíveis. A administração dos bens é dividida em três áreas principais: investimento, administração e alienação. A área de investimento envolve a aquisição, administração e preservação de ativos. A área de alienação concentra-se na venda e transferência de ativos. A área de administração inclui o monitoramento dos ativos e seus custos relacionados. No Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU), governo federal auxiliando a supervisão da Assembleia Nacional através da Comissão Executiva do Orçamento e Finanças do Estado foi formalmente constituída por Princípios Brasileiros de Governança Pública. (COSTA et al 2018).

(...) Para garantir a avaliação, o posicionamento e fiscalização, as práticas de gestão pública devem empregar os seguintes mecanismos Liderança, que se refere a um conjunto de práticas relacionadas a um aspecto Humano ou comportamental; estratégia que considera Ambiente interno e externo da organização, construção da cultura e implementação da estratégia; controlar, incentivar a transparência e Accountability, projetada para conduzir políticas públicas e fornecer Serviços de interesse público (Tribunal de Contas Conjunto, 2014). (COSTA et al (2018, p.743).

As compras públicas são o processo pelo qual o governo compra bens e/ou serviços. O processo de compras públicas é regido pela Lei de Compras Públicas. Aspectos que podem ser de interesse para uma empresa são os critérios de avaliação da licitação e os requisitos mínimos para a avaliação obrigatória e voluntária da licitação. Além disso, o processo de licitação e de obtenção de um contrato pode ser alterado pelo atual clima político e pelo sentimento público.

Quando uma licitação pública é emitida, o governo anuncia os detalhes da proposta (como o nome do contrato e o valor do contrato) no Diário Oficial. Esta publicação torna os detalhes do contrato disponíveis para os concorrentes potenciais. Estes detalhes incluem a data e hora da publicação da licitação pública, o nome do contrato, descrição do serviço/bens e detalhes do procedimento para apresentação de propostas.

O auto-procurement é o processo pelo qual o governo adquire bens, serviços e/ou trabalha sob um contrato governamental. O processo de auto aquisições é regido pela Lei de Compras Governamentais, que regula a aquisição de bens e serviços pelos governos federal e estaduais. A auto-compra é uma forma de poupar dinheiro do contribuinte, pois evita a necessidade de terceirizar o trabalho para empresas interessadas utilizando o processo de licitação. Para controlar as compras públicas um existe uma sistematização que segundo Para Teixeira e Gomes (2019, p.525): “A governança é aplicável a diversas formas organizacionais, inclusive às organizações públicas, uma vez que seus princípios e ações objetivam otimizar os resultados pretendidos pelos seus stakeholders, gestores e proprietários. No caso da administração pública, a relação de assimetria de informações se dá entre os cidadãos (principal) e os gestores públicos (agentes)”. Os autores anteriormente citados sistematizaram os conceitos de governança pública no quadro 2, apresentado a seguir:

Quadro 2. Sistematização dos conceitos de governança pública

	Autores/ Organização	Governança Pública
1	Rohes (1996)	Está relacionada à mudança no significado de governo, referindo-se a um novo processo de administração, onde as redes auto-organizáveis e interorganizacionais são assim caracterizadas: interdependência, troca de recursos e regras de jogo e expressiva autonomia do Estado.
2	Bresser-Pereira e Spink (1998)	Capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas.
3	Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton (1999)	Tradições e instituições onde a autoridade de um país é exercida, o que inclui o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos. A capacidade efetiva do governo em formular e implementar políticas sólidas e o respeito dos cidadãos e do Estado para com as instituições que governam as interações sociais e econômicas entre eles.
4	Lynn Jr., Heinrich e Hill (2000)	Regime de leis, regras administrativas, decisões judiciais e práticas que restringem, prescrevem e habilitam a atividade de governo, e cuja atividade é amplamente definida como a produção e entrega de bens e serviços públicos. Implica em um arranjo de elementos distintos, mas inter-relacionados – incluindo mandatos políticos; estruturas organizacionais, financeiras e programáticas; níveis de recursos; regras administrativas e diretrizes; normas e regras institucionalizadas que restringem e habilitam as tarefas, prioridades e valores que são incorporados nos processos regulamentares, de produção e entrega de serviços.
5	Wei (2000)	Conjunto de instituições e estruturas que definem como os bens públicos são criados e entregues para os cidadãos e para o setor privado e como as políticas públicas são realizadas.
6	Commission of the European Communities (2001)	Forma pela qual a sociedade, em sua acepção mais ampla, resolve aquilo que é do seu interesse ou é comum a todos. É a gestão transparente e responsável dos recursos humanos, naturais, econômicos e financeiros, com vistas a um desenvolvimento equitativo e sustentável. Implicam em processos decisórios claros no nível das autoridades públicas, instituições transparentes e responsáveis, primando pela gestão e distribuição dos recursos e no fortalecimento da capacidade para elaborar e implementar medidas determinadas a prevenir e combater a corrupção.

	Autores/ Organização	Governança Pública
7	Loffer (2001)	Uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que tem como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais, criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.
8	Araújo (2002)	Associa a governança com a capacidade que o Estado tem para formular e implementar suas políticas. Para alcançar as metas coletivas propostas, a Administração Pública faz uso das competências de ordem financeira, gerencial e técnica.
9	Barrett (apud ANAO, 2003)	Processos pelos quais as organizações são dirigidas, controladas e cobradas. Abrange a autoridade, a gestão, a liderança, as interações de estruturas e processo e a forma como as organizações do setor público cumprem suas responsabilidades. Está relacionada ao poder, às relações e às responsabilidades que exercem influência na decisão e forma como os tomadores de decisão são responsabilizados.
10	Bovaird e Loeffler (2003)	São as formas como as partes interessadas (stakeholders) interagem uns com os outros, a fim de influenciar os resultados das políticas públicas.
11	Comission on Global Governance (CGG) (2003)	Totalidade dos diversos modos pelos quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus problemas comuns. Diz respeito não somente às instituições e aos regimes formais autorizados a impor obediência, mas também aos acordos informais que atendam os interesses de pessoas e instituições.
12	Graham, Amos e Plumptre (2003)	Interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder é exercido, como os cidadãos são ouvidos e como as decisões são tomadas nas questões de interesse público. Tratam-se, basicamente, de poder, relacionamentos e accountability (que tem poder, como as decisões são tomadas e como se dá a responsabilidade de seus principais protagonistas).
13	Marini e Martins (2004)	Está centrada na questão administrativa do Estado e em sua capacidade de ação para o alcance de resultados de desenvolvimento, a partir da capacidade das organizações de desempenhar suas tarefas de maneira eficaz, eficiente e sustentável. Tal capacidade técnica, financeira e gerencial deve os seguintes elementos estruturais: transparência, gestão, legalidade e responsabilidade.

	Autores/ Organização	Governança Pública
14	Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2004)	Arranjos formais e informais que determinam como são tomadas as decisões públicas e como são realizadas as ações públicas, na perspectiva de manter os valores constitucionais de um país em face de vários problemas, atores e ambientes.
15	Streit e Klering (2004)	Caracteriza-se pelo alcance de objetivos coletivos de uma sociedade, pelo governo, com enfoque na coordenação autônoma, interdependente e responsável de diferentes instituições, redes e atores sociais, utilizando estruturas, mecanismos e regulações justas, coerentes, consistentes e aceitas pela sociedade.
16	United Nations Development Programme (UNDP) (2004)	Consiste em um sistema de valores, políticas e instituições onde uma sociedade gera seus assuntos nas dimensões econômica, política e social, via interações dentro e entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado. Ela possui três aspectos, a saber: 1) econômico, que inclui processos de tomada de decisão que afetam as atividades econômicas de um país e suas relações com outras economias; 2) político, que compreende os processos de tomada de decisão em que se formulam políticas públicas; e, 3) administrativo, que diz respeito às atividades de implementação dessas políticas.
17	Streit e Klering (2005)	É o governo visando objetivos coletivos de uma sociedade, com o enfoque na coordenação autônoma, interdependente e responsável de diferentes instituições, redes e atores sociais, utilizando estruturas, mecanismos e regulações justas, coerentes, consistentes e aceitas pela sociedade.
18	Kissler e Hidermann (2006)	Uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que tem como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais, criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.
19	Kooiman (2006)	Totalidade de interações em que os atores e órgãos do setor público, bem como os atores do setor privado, participam e almejam resolver os problemas sociais. Tratam as instituições como contextos das interações administrativas e estabelecem um fundamento normativo para todas essas atividades.

Autores/ Organização	Governança Pública
20 Streit (2006)	Trata-se da coordenação e articulação do conjunto de instituições, processos e mecanismos, mediante várias formas de parcerias e interações, sociais e políticas, com a participação ativa do governo, para o alcance de objetivos coletivos e promover o desenvolvimento da sociedade.
21 Slomsk et al. (2008)	Não é somente uma questão de aumento de efetividade e eficiência, mas também de guardar a legalidade e legitimidade. Aqui é possível indicar padrões de valor, pois, o governo é destinado a ser apoio e propositor, e tem como princípios centrais: a justiça social, a equidade, a legitimidade e o cumprimento do dever. Abrange significativas atividades envolvendo a direção de redes complexas em setores políticos da sociedade.
22 World Bank (WB) (2008)	Consiste no exercício da autoridade, do controle, da administração e do poder do governo. É o modo pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o desenvolvimento e implicando na capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir suas funções.
23 Secchi (2009)	Denota pluralismo, no sentido que diferentes atores têm (ou deveriam ter) o direito de influenciar a construção das políticas públicas. Tal definição implicitamente traduz-se em uma mudança do papel do Estado (menos hierárquico e menos monopolista) na solução de problemas públicos. Também significa um resgate da política dentro da Administração Pública, diminuindo, assim, a importância de critérios técnicos nos processos de decisão e um reforço de mecanismos participativos de deliberação na esfera pública.
24 Matias-Pereira (2010)	É o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos – cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores – com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos.
25 Brasil (2011b)	Um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre a sociedade, a alta administração, os servidores ou colaboradores e os órgãos de controle.
26 Peters (apud LEVI-FAUR, 2012)	Preocupa-se com a capacidade dos sistemas políticos e administrativos de agir efetiva e decisivamente para resolver problemas públicos.

	Autores/ Organização	Governança Pública
27	Raquel e Bellen (2012)	Busca a articulação em rede de diversos atores sociais públicos, privados e não governamentais, enfim, relacionados ao Estado, ao mercado e à sociedade civil no intuito de gerenciar interesses e conflitos para alcançar objetivos comuns.
28	International Federation of Accountants (2013)	Compreende a estrutura (administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal e outras) posta em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados.
29	Peters (apud LEVI-FAUR, 2012)	Compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar os resultados, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
30	Raquel e Bellen (2012)	É um processo de interação entre os diversos atores, mecanismos e práticas administrativas, onde o governo participa de forma ativa e busca uma gestão eficiente e eficaz em razão aos objetivos propostos.
31	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2015)	Sistema de gestão pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas.
32	Baeta, Pereira e Mucci (2016)	A capacidade de o governo entrar em ação, em sentido amplo, de realizar suas políticas.
33	Massey, Johnston-Miller (2016)	É entendida no conceito de governança com atores estatais em redes que atuam coletivamente para atingir os objetivos de políticas públicas.
34	Matias-Pereira (2017)	Requer, entre outras ações, gestão estratégica, gestão política e gestão de eficiência, eficácia e efetividade.
35	Ribeiro Filho e Valadares (2017)	Os meios e processos que garantem que o interesse da maioria seja observado pelos entes político-governamentais objetivando o bem-estar social.
36	Paines, Aguiar e Pinto (2018)	São mecanismos estabelecidos para o desenvolvimento de uma cultura gerencial, guiada pelos seguintes valores: eficiência, qualidade, transparência e prestação de contas ao cidadão-usuário.

Fonte: TEIXEIRA E GOMES (2019, p.525).

Além disso, há algumas considerações importantes para as empresas que operam no Brasil quando se trata de transferir arquivos e informações proprietárias para o governo, bem como de se auto-contratarem com interesses privados.

Costa et al (2018, p.745) refere que:

De acordo com o International Federation of Accountants (IFAC) (2013), governança pública pode ser compreendida como todos os mecanismos (administrativos, legais, políticos etc.) que são colocados em prática para garantir que os resultados desejados pelas partes interessadas sejam primeiramente definidos e alcançados. Em um ambiente pautado na ética, Fortini e Shermam (2017) enfatizam que a governança pública torna-se fundamental para o incremento da eficiência e para a diminuição de comportamentos de gestores públicos em desacordo com as boas práticas administrativas, bem como assume o papel de fiscalizar e regular suas ações.

O governo brasileiro é um dos proprietários de ativos mais ativos do mundo. Isto se deve à grande população do país e à necessidade de infraestrutura e serviços. A gestão de ativos é uma parte importante da governança. Com o tempo, o governo adquiriu uma gama de ativos, incluindo terrenos, edifícios, veículos, equipamentos e muito mais. O artigo discutiu as várias formas pelas quais o governo adquire ativos, bem como a legislação e as administrações relacionadas a compras públicas e auto processões. A alienação de ativos é uma parte fundamental da estratégia de gestão de ativos do governo.

3.3. Gestão Pública e agronegócio

Os agronegócios estão constantemente competindo entre si para garantir os melhores preços possíveis para seus produtos. Os agricultores precisam obter o maior preço possível por seus produtos a fim de operar com lucro e permanecer no negócio. A concorrência compreendendo o que outros produtores estão dispostos a pagar por seus produtos e serviços, podendo aumentar a oferta de produtos.

O produtor rural tem a possibilidade de aumentar a rentabilidade e reduzir o risco com estratégias inteligentes de licitação que visam mercados de produtos-chave, Conforme Fernandes (2019, p. 5;19):

O pregão foi uma experiência de inovação legal e normativa que, com alguma ousadia, inovou os procedimentos de negociação e seleção de propostas encontrando nos leilões reversos um formato que intensificava a competição e permitia a renegociação dinâmica de propostas, até a seleção da vencedora. A disseminação desse formato alcançou proporções extraordinárias no Brasil. Desde sua criação, em 2000, o pregão se tornou, em poucos anos, a modalidade de licitação mais utilizada, crescendo rapidamente de 3,3% em 2001 para 72% do valor total das licitações realizadas em 2014, no âmbito da Administração Federal.

As estratégias de licitação para a venda de produtos agrícolas variam de acordo com a região. Em algumas áreas, pode ser mais fácil vender seus produtos através de agricultores locais ou leiloeiros do que através de um mercado atacadista como o Amazon Auctions. Com base na demanda dos agricultores e consumidores locais, você pode encontrar agricultores dispostos a comprar mercadorias a preços mais baixos para se livrar de seus produtos em excesso conforme Neef, 2001 apud Fernandes, 2019, p.7/19): “os sistemas informatizados de apoio aos procedimentos de compra e contratação se desenvolveram e passaram a operar cada vez mais em plataformas abertas à conexão com a internet, para permitir transações com os fornecedores. ”

Na outra ponta do espectro, certos mercados podem ter dificuldade de encontrar compradores devido a uma demanda limitada. Nesses casos, você deve considerar métodos alternativos de venda de suas mercadorias.

A melhor maneira depende do tipo de produto que você deseja vender, assim como de sua geografia e das condições do mercado local, conforme Fernandes, (2019, p.8/19):

A reestruturação dos formatos de compra e contratação se refere às iniciativas de revisão das normas, procedimentos e instrumentos de contratação para atender às características dos produtos e serviços e, ainda, aos perfis de oferta do mercado e de consumo das organizações (Carter & Narasimhan, 2006). Vários trabalhos apresentaram descrições e análise das experiências estaduais em diversas áreas: A adoção dos cartões de crédito corporativos, o sistema de cotação eletrônica de compras, os acordos de nível de serviço e de melhoria conjunta com terceirizados, a contratação integrada dos serviços de telecomunicação, a negociação direta dos preços de passagens, os sistemas de controle de viagens e novos modelos de abastecimento das frotas.

No programa agrícola do governo: Com base em análises de mercado, avaliações de oferta e demanda nacionais e internacionais, planos de abastecimento, custos de produção e outros fatores, a Conab propõe uma proposta de preço mínimo, que serve de base técnica para discutir e definir a agricultura Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o menor preço entre o Ministério da Economia (ME) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Manter a obrigatoriedade de aquisição de, no mínimo, 30% por cento da agricultura familiar, conforme previsto no art. Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 e Decisão FNDE nº 02/2020. Essa proporção não é uma flexibilização, mas uma forma de operação, que pode ser realizada remotamente e não será recolhida devido à epidemia. Cabe ao gestor local decidir quando a aquisição da agricultura familiar é melhor.

Nesse caso, os administradores devem ter o cuidado de: a) atuar apenas nos produtos que podem ser armazenados em kits e distribuídos nas famílias dos alunos; os agricultores fornecedores possuem um calendário de produção organizado por chamada pública e dada a situação atual alguns tipos de possível suspensão de entregas podem inviabilizar sua produção futura e causar prejuízos às famílias envolvidas, pois outros Canais de vendas também foram afetados pela crise.

Comparando os processos licitatórios utilizados para aquisição de produtos agroindustriais no Brasil, segundo Fernandes, (2019, p. 11/19): “A visão das compras e contratações como uma função da administração pública está baseada na definição sistêmica dos seus componentes e relações como processos interdependentes que perpassam o conjunto dos órgãos e têm como eixo fundamental o suprimento dos bens e serviços (Thai, 2001; 2009) ”.

Apesar dos desafios atuais nos mercados doméstico e internacional, o destino e a diversidade das exportações do agronegócio brasileiro aumentaram significativamente. O Brasil é atualmente o maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja, carne bovina e frango, milho em terceiro e carne suína em quarto. É também o maior produtor mundial de soja, café, suco de laranja e açúcar; o segundo maior produtor de carne bovina, o terceiro maior produtor de frango; e o terceiro maior produtor de milho do mundo.

Em termos de comércio internacional, 48% das exportações do Brasil em 2020 foram produtos do agronegócio. O agronegócio também contribuiu significativamente para o desempenho da economia brasileira. Isso fica evidente na Figura 2 abaixo, que mostra que, desde 2010, o superávit comercial do agronegócio brasileiro superou o déficit comercial do restante da economia brasileira e garantiu um superávit contínuo na balança comercial brasileira.

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) em parceria com a Federação Brasileira da Agricultura e Pecuária (CNA). Fonte: Boletim Técnico VBP, novembro de 2021 - CNA. Dados de setembro e preços ajustados pelo IGP-DI. Em 2020, o valor total da produção agrícola, calculado ao preço de outubro de 2021, exceto o superávit comercial agrícola de 2014 de 80,13 bilhões de dólares e o déficit de outras indústrias de 84,18 bilhões de dólares.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério da Cidadania e a execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. O programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O programa é uma das ações do governo federal para a Inclusão Produtiva Rural das famílias mais pobres.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1. Caracterização geográfica do território

O Território Médio Sertão, definido pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), com o apoio técnico e metodológico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), é composto por 24 (vinte e quatro) municípios inseridos em duas Mesorregiões Geográficas (Sertão Paraibano e Borborema) e, dentro delas, em cinco Microrregiões Geográficas do Estado da Paraíba, segundo a divisão geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Os municípios da Mesorregião Geográfica Sertão Paraibano são:

a) Na Microrregião Geográfica de Patos: Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Mãe d'Água, Passagem, Patos, Quixaba, Santa Teresinha, São José de Espinharas e São José do Bonfim; - b) Na Microrregião do Piancó: Catingueira; c) Na Microrregião de Sousa: Condado, Malta e Vista Serrana; d) Na Microrregião Serra do Teixeira: Cacimbas, Desterro, Imaculada, Maturéia e Teixeira.

Na Mesorregião Geográfica da Borborema, estão localizados os seguintes municípios:

a) Microrregião Geográfica Seridó Ocidental Paraibano: Junco do Seridó, Salgadinho, Santa Luzia, São José do Sabugí, São Mamede e Várzea.

Dos 24 municípios do Território, 21 fazem parte da 6ª Região Geoadministrativa, divisão geográfica utilizada pelo Governo do Estado para fins de concepção e implementação das políticas públicas estaduais, cuja sede está em Patos. Os municípios de Vista Serrana e Condado pertencem à 13ª Região, com sede em Pombal, e o município de Imaculada à 13ª Região, de Princesa Isabel.

Figura 1. Divisão regional da Paraíba



Fonte: <https://445b891be8.clvawcdnwnd.com/e975f505376c0052cce5eae8a119e965/200000893-9a4479c38d/Mapa%20Paraíba1.jpg>.

Campus Patos, Pombal, Sousa

Os três Campus da Universidade Federal de Campina Grande fazem parte do programa de desmembramento da UFPB, pela Lei Nº. 10.419 de 09 de abril de 2002, Lei Nº. 10.419 de 09 de abril de 2002, onde o CSTR e CCSJ, foram absorvidos pela UFCG, formando sua estrutura multicampi. Em 2006 foi criado o CCTA através do programa de expansão do MEC. A UFCG Tem sua origem na década de 1950, quando foram criadas a Escola Politécnica de Campina Grande (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1955), momento em que a educação superior dava os primeiros passos na Paraíba. Este período histórico foi responsável pela construção de uma identidade própria que motivou o desmembramento e a criação da universidade.

4.2. Classificação de pesquisa

As pesquisas são usualmente classificadas considerando-se como base seus objetivos, como exploratórias, descritivas e explicativas. Quanto a coleta de dados em pesquisa bibliográfica e documental, estudo de campo, estudo de caso, pesquisa ação etc. Por fim, quanto a natureza dos dados, a pesquisa pode ser quantitativa e/ou qualitativa.

A presente pesquisa classifica-se como descritiva, quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados entrevistas, questionários e observação sistemática. (PRODANOV & FREITAS, 2013) Quanto à coleta de dados utilizadas para a abordagem, essa pesquisa classifica-se como pesquisa de campo, uma vez que foi basicamente realizada por meio da observação direta do grupo estudado para captar as informações necessárias aos objetivos propostos como também por meio das interpretações e explicações pelas pessoas. Será também documental, baseando-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa proposta foi qualitativa pois trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. A pesquisa qualitativa se preocupa com a investigação aprofundada da

compreensão de determinado grupo social, como também com perspectivas do mundo real que não podem ser quantificados, dando foco na explicação e compreensão da dinâmica das relações sociais (DIEHL & TATIM, 2004).

4.3. Método de coleta e tratamento dos dados

Para a consecução do objetivo deste estudo, que contempla uma ampla variedade de evidências, a escolha de dados foi realizada por meio das seguintes fontes de informações e técnicas de coletas: entrevistas semiestruturadas com atores sociais locais que se constituiu: da população dos municípios (pública, privada ou terceirizadas), representantes do poder público, associações e dentre outros que demonstrou relevância no decorrer da pesquisa, por se tratarem de serem influenciadores e/ou influenciados pelo objeto de estudo.

A pesquisa documental utilizou dados oficiais em sites, prestação de contas, atas, leis, relatórios econômico-financeira (renda, emprego, projetos, royalties, etc., relatórios de impactos ambientais, resoluções, atas de conselhos e outros documentos de cunho público ou privado que regulamente, descreva ou apresente informações sobre a participação e representatividade socioeconômica dos atores sociais envolvidos, antes, durante e depois dos eventos objeto deste estudo.

Será utilizada uma bibliografia especializada na área para fins de embasamento bem como para escolha de possíveis indicadores de sustentabilidade do setor agroindustrial para avaliar seus impactos na região.

O tratamento dos dados se deu pelo método de análise de conteúdo com fundamento em Bardin (2011), com apoio dos programas da Microsoft® Office, Word e Excel, cuja produção irão transpor em formas de citações, tabelas, quadros, gráficos e outras possibilidades de apresentação dos resultados, consoante as necessidades do estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Apuração do resultado dos Pregões

Tabela 2. Levantamento de Pregões Eletrônicos CCJS

IDENTIFICAÇÃO			
Pregões	Unidade Gestora	Cidade	Ano de execução
012017,0 22017,03 2017,012 018,0220 18,04201 9,022019 ,032019, 052019	158198 - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais	Sousa/PB	2018,2019,2020
<hr/>			
Montante Financeiro Total de Aquisição		1.248.154,30	100%
Total/Percentual Financeiro Total de Aquisição de Produtos Agrindustriais para 2018,2019,2020		1.218.237,31	97,60%
Descrição de pregões			
Nº	Produto Agroindustrial	Valor Adquirido	Percentual de relevância
1	Açúcar	10.782,00	0,86%
2	Arroz	33.878,00	2,71%
3	Biscoito	5.773,70	0,46%
4	Bolo alimentício	14.660,28	1,17%
5	Café	9.743,60	0,78%
6	Carne	833.068,10	66,74%
7	Cebola	4.062,50	0,33%
8	Doce	14.641,00	1,17%
9	Farinha	12.850,00	1,03%
10	Feijão	41.911,00	3,36%
11	Fruta	21.020,65	1,68%
12	Legume	23.062,15	1,85%
13	Leite	31.670,00	2,54%
14	Leite de côco	1.712,00	0,14%
15	Manteiga	2.133,50	0,17%
16	Milho	2.548,00	0,20%
17	Ovo	11.531,20	0,92%
18	Pão	60.966,73	4,88%
19	Queijo	15.852,00	1,27%
20	Suco	52.115,40	4,18%
21	Verdura	14.255,50	1,14%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Tabela 3. Levantamento de Pregões Eletrônicos CCTA

IDENTIFICAÇÃO			
Pregões	Unidade Gestora	Cidade	Ano de Execução
012017,0 22018,04 2019	158301 - Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimetar	Pombal/PB	2018,2019,2020
Montante Financeiro Total de Aquisição		1.964.903,45	100%
Total/Percentual Financeiro Total de Aquisição de Produtos Agroindustriais para 2018,2019,2020		1.801.113,92	91,66%
Descrição de pregões			
Nº	Produto Agroindustrial	Valor Adquirido	Percentual de relevância
1	Açucar	23.742,66	1,21%
2	Arroz	67.616,00	3,44%
3	Azeite	17.011,80	0,87%
4	Bebida lactéa	40.906,37	2,08%
5	Batata	499,50	0,03%
6	Biscoito	12.689,12	0,65%
7	Bolo	79.274,00	4,03%
8	Café	33.042,25	1,68%
9	Carne	684.976,32	34,86%
10	Cebola	1.999,00	0,10%
11	Creme de leite	9.969,53	0,51%
12	Doce	15.740,40	0,80%
13	Ervilha	5.965,71	0,30%
14	Farinha	42.266,91	2,15%
15	Feijão	67.664,22	3,44%
16	Fruta	84.842,27	4,32%
17	Legume	104.828,69	5,34%
18	Leite	47.499,48	2,42%
19	Leite de côco	3.209,60	0,16%
20	Manteiga	7.957,25	0,40%
21	Milho	9.377,32	0,48%
22	Ovo	34.280,00	1,74%
23	Pão	123.049,00	6,26%
24	Queijo	56.289,53	2,86%
25	Soja	570,00	0,03%
26	Suco	58.067,11	2,96%
27	Verdura	167.779,88	8,54%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Tabela 3. Levantamento de Pregões Eletrônicos CSTR

IDENTIFICAÇÃO			
Pregões	Unidade Gestora	Cidade	Ano
152015,0 42016,01 2019	158199 - Centro de Saúde e Tecnologia Rural	Patos/PB	2018,2019,2020
Montante Financeiro Total de Aquisição		3.662.579,50	100%
Total/Percentual Financeiro Total de Aquisição de Produtos Agrindustriais para 2018,2019,2020		3.330.508,57	90,93%
Descrição de pregões			
Nº	Produto Agroindustrial	Valor Adquirido	Percentual de relevância
1	Açúcar	43.880,00	1,20%
2	Amido	5.371,20	0,15%
3	Arroz	88.246,00	2,41%
4	Azeite	52.836,00	1,44%
5	Bebida láctea	28.076,20	0,77%
6	Biscoito	27.424,20	0,75%
7	Bolo	143.944,40	3,93%
8	Café	37.303,32	1,02%
9	Carne	1.677.613,18	45,80%
10	Creme de Leite	29.813,33	0,81%
11	Doce	46.644,00	1,27%
12	Farinha	55.284,01	1,51%
13	Feijão	134.100,00	3,66%
14	Fruta	141.913,00	3,87%
15	Legume	102.240,30	2,79%
16	Leite	79.498,80	2,17%
17	Leite de côco	2.967,72	0,08%
18	Manteiga	62.054,90	1,69%
19	Milho	11.155,80	0,30%
20	Ovo	63.495,00	1,73%
21	Pão	96.100,00	2,62%
22	Queijo	110.155,10	3,01%
23	Soja	287,39	0,01%
24	Suco	134.988,30	3,69%
25	Verdura	155.116,42	4,24%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A compra de produtos agroindustriais contribui para a promoção da alimentação saudável, já que esses alimentos são produzidos com menos agrotóxicos e conservantes, garantindo assim mais nutrientes e sabor aos pratos servidos nos restaurantes universitários. Além disso, a compra de produtos locais também reduz a emissão de gases de efeito estufa gerados pelo transporte desses produtos.

Durante os anos de 2018, 2019 e 2020, o restaurante universitário do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais-CCJS da Universidade Federal de Campina Grande realizou compras totais no valor de R\$1.248.154,30. Desse montante, um valor significativo de R\$1.218.327,31 foi destinado à aquisição de produtos agroindustriais. No Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar-CCTA da Universidade Federal de Campina Grande, nos anos de 2018, 2019 e 2020, foram realizadas compras totais no valor de R\$ 1964903,45, sendo que R\$ 1801113,92 foram destinados à aquisição de produtos agroindustriais. Nos anos de 2018, 2019 e 2020, foram realizadas compras no valor total de R\$ 3662579,50 para atender as demandas do restaurante universitário do Centro de Saúde e Tecnologia Rural -CSTR da Universidade Federal de Campina Grande. Desse valor total, R\$ 3330508,57 foram destinados para a aquisição de produtos agroindustriais.

Os dados referentes ao consumo de produtos agroindustriais nos Centros universitários da Universidade Federal de Campina Grande revelam uma forte tendência ao uso de alimentos provenientes desse setor. O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) apresentou um percentual de consumo total de 97,60%, seguido pelo Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) com 91,66% e o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR) com 90,93% nos anos de 2018, 2019 e 2020. Esses dados evidenciam a preferência pela aquisição de produtos agroindustriais nos restaurantes universitários desses centros, o que pode ser resultado de políticas de aquisição que priorizam produtos locais, sustentáveis e de qualidade, bem como da valorização da produção regional e da agricultura familiar. Além disso, essa escolha pode representar uma contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região, uma vez que fortalece o setor agroindustrial e incentiva a produção e comercialização de alimentos saudáveis e diversificados.

Portanto, a escolha pela compra de produtos agroindustriais para atender as demandas dos restaurantes universitários dos Centros Universitários supracitados é uma ação que promove o desenvolvimento sustentável, incentiva a agricultura familiar e promove a alimentação saudável dos alunos. Nesse sentido, a Universidade Federal de Campina Grande

tem se destacado por promover uma alimentação saudável e sustentável em seus restaurantes universitários, valorizando a produção local e contribuindo para o desenvolvimento da região.

5.2. Parâmetros para dimensionamento orçamentário de compras

Os dados apresentados indicam que houve um alto consumo de produtos agroindustriais nos restaurantes universitários dos Centros de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), Ciência e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) e Saúde e Tecnologia Rural (CSTR) nos anos de 2018, 2019 e 2020. Com base nesses dados, é possível formular um parâmetro para compras públicas de produtos agroindustriais, estabelecendo uma meta percentual de consumo desses produtos nos restaurantes universitários das instituições públicas.

Assim, a partir dos percentuais de consumo apresentados, é possível definir um parâmetro de no mínimo 90% de compras de produtos agroindustriais para os restaurantes universitários das instituições públicas. Essa meta visa incentivar o consumo de produtos agroindustriais, valorizando a produção local e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região. Além disso, o estabelecimento de um parâmetro como esse pode contribuir para a redução do impacto ambiental das compras públicas, uma vez que os produtos locais geralmente exigem menos transporte e armazenamento, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa. É fundamental destacar que a promoção do consumo de produtos agroindustriais não deve excluir outras formas de produção e abastecimento de alimentos, mas sim buscar um equilíbrio entre diferentes sistemas produtivos. A diversificação da oferta de alimentos nos restaurantes universitários, incluindo produtos agroindustriais, orgânicos e de agricultura familiar, pode contribuir para a criação de um ambiente alimentar mais saudável, sustentável e inclusivo. Além disso, é necessário fomentar a conscientização e a educação dos consumidores, especialmente dos estudantes universitários, sobre a importância de uma alimentação saudável e sustentável, incentivando o consumo de alimentos agroindustriais e promovendo a valorização dos produtos locais. Isso pode ser feito por meio de campanhas de informação, ações de educação alimentar e inclusão de produtos agroindustriais em cardápios diversificados e atrativos nos restaurantes universitários.

Dessa forma, é importante que os gestores públicos responsáveis pelas compras públicas de alimentos levem em consideração a adoção de políticas que incentivem o consumo de produtos agroindustriais e estabeleçam parâmetros para a aquisição desses produtos. É fundamental que a escolha dos fornecedores e dos produtos seja pautada por critérios de 36

qualidade, preço, sustentabilidade e inclusão social, valorizando os produtores locais e promovendo o desenvolvimento regional.

5.3. Programas Governamentais de Compras Públicas

A criação de programas de compras públicas de produtos agroindustriais pelo governo federal do Brasil é de grande relevância para a economia do país e para o desenvolvimento sustentável. Esses programas têm como objetivo principal estimular a produção agrícola nacional, incentivando a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. Além disso, a adoção de compras públicas de produtos agroindustriais pode trazer benefícios econômicos para os produtores locais, estimulando a geração de empregos e o fortalecimento da economia regional. Ao direcionar uma parte significativa dos recursos para aquisição de produtos agroindustriais, as instituições públicas podem contribuir para o desenvolvimento local, reduzindo a dependência de alimentos importados e fortalecendo as cadeias produtivas regionais.

A utilização desses programas pela gestão pública é fundamental, pois ela pode influenciar diretamente a produção e o consumo de alimentos no país. Ao comprar alimentos de produtores locais, por exemplo, a gestão pública está incentivando a economia regional e garantindo um fornecimento de alimentos mais frescos e saudáveis para a população. Outra vantagem da utilização desses programas é a possibilidade de promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Muitos programas de compras públicas de produtos agroindustriais priorizam a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e por cooperativas locais, o que contribui para a geração de empregos e para a valorização da produção local. Além disso, muitos desses programas também estabelecem critérios de sustentabilidade ambiental para a produção dos alimentos, como a utilização de práticas agroecológicas e a redução do uso de agrotóxicos. Isso contribui para a preservação do meio ambiente e para a saúde dos consumidores. Dessa forma, a criação de programas de compras públicas de produtos agroindustriais pelo governo federal do Brasil é uma estratégia importante para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. E a utilização desses programas pela gestão pública é fundamental para que esses objetivos sejam alcançados de forma eficiente e sustentável.

Segue a tabela 4 com os principais programas de compras de produtos agrícolas do governo federal do Brasil e a respectiva lei que os criou:

Tabela 4. Leis federais para incentivos da produção agroindustrial

Programa	Lei que criou
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Lei nº 10.696/2003
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Lei nº 11.947/2009
Compra Institucional	Lei nº 8.666/93 (dispõe sobre as normas para licitações e contratos da Administração Pública) Lei nº 14133/2021 (nova Lei de licitações e contratos)
Programa de Vendas em Balcão	Lei nº 8.427/92
Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)	Lei nº 13.340/2016
Programa de Aquisição de Sementes (PAS)	Lei nº 10.831/2003

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel das compras públicas como agente de desenvolvimento sustentável é materializado a partir dessas modificações, e passa a ser uma função do gestor buscar atingir esse objetivo. Entretanto, o papel transformador do Estado nessa direção ainda é bastante limitado, pois falta um viés mais propositivo dos agentes de compras para alcançar esse objetivo.

Considerando o Estado como um ator importante em diversos mercados, frequentemente se apresentando como o maior demandante, é possível utilizar seu poder de compra como um catalisador para o desenvolvimento socioeconômico em várias dimensões, conforme mencionado anteriormente. O poder de compra do Estado pode ser concebido como uma ferramenta não apenas para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, mas também para incentivar a inovação e como instrumento para políticas públicas que permitam a inclusão de fornecedores anteriormente excluídos do mercado. Esse grupo pode incluir agricultores familiares e micro e pequenas empresas. Embora haja um potencial significativo e uma aparente ênfase na inclusão de critérios sustentáveis, a utilização do poder de compra do Estado para atender a esses objetivos ainda é subutilizada, destacando a necessidade de o Estado explorar ainda mais esse potencial em suas atividades.

Os produtos agroindustriais são parcela relevante das compras públicas, que assumem as funções de soluções para as demandas governamentais, bem como possibilita através dos gastos públicos, incentivar o desenvolvimento econômico e social do produtor rural. A adoção de indicadores dos gastos públicos bem estruturados, promove a mensuração adequada a ser utilizada nos planejamentos das compras governamentais, aumentando seu potencial de eficácia e eficiência.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: Guimarães, P. F.; Aguiar R. A. de; Lastres, Helena Maria Martins; Silva, Marcelo Machado da. (orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.** Rio de Janeiro: BNDS, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BELLINGIER, Júlio Cesar. **Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica.** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 – Salvador - BA – p. 6 – 34.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 117p.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de uma política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

COSTA, A. C. P. da; LEAL, A. F. P.; NASCIMENTO, L. C. B. do; MENDONÇA, C. M. C. de; GUERRA, L. C. B. **Alinhamento da gestão de processos com os mecanismos do modelo de governança pública do TCU: o estudo de caso em uma universidade federal da Amazônia Oriental.** Rev. Serv. Público. Brasília 69 (3) 741-772 jul/set 2018.

COSTA, Caio César de Medeiros & TERRA, Antônio Carlos Paim. **Compras Públicas: Para além da economicidade.** Sociedade Brasileira de Administração pública – Coleção Gestão Pública. Brasília – DF. Enap 2019.

D'AVIGNON, Alexandre. Energia, inovação tecnológica e mudanças climáticas. In: MAY, Peter H., **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier. 221-243.

DIELHL, Astor Antônio & TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

ETGES, Virginia Elisabeta e KARNOPP, Erica. **A agroindústria familiar no contexto do sistema agrícola colonial no sul do Brasil.** Redes. Revista do Desenvolvimento Regional [en linea]. 2020, 25(1), 268-283[fecha de Consulta 19 de Septiembre de 2022]. ISSN: 1414-7106. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552062677013>

FERNANDES C. C. C. **Compras Públicas no Brasil: Tendências de inovação, avanços e dificuldades no período recente.** Administração Pública e Gestão Social, vol. 11, núm. 4, Viçosa, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351560525006>

FRAVO, J e ALVES, A. F. **Agroindústria: delimitação conceitual para a economia brasileira.**

FERREIRA JUNIOR, J, C, G.; RODRIGUES, M, G. **Um estudo sobre a energia eólica no Brasil**. Revista Ciência atual. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 02-13, 2015.

FRANCIO, N. & VERCHOORE, J. R. A abordagem Relacional do desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, R. L. L. da; FELIPPI; A. C. T. (orgs.). **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: perspectivas e desafios**. Florianópolis: Insular, 2018, p. 55-69

LOPES M. G., Nascimento S. G. da S., Hanke D. e Ávila M. R. **Programa de aquisição de alimentos (PAA) em Dom Pedrito (RS): Um estudo sobre implantação, execução, limites e desafios**.

LUSTOSA, M. C. J. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H., **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier. 205-220.

NIEDERLE, Paulo André; JUNIOR, V. J. W. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 432 p. il.

PACHECO, F. **Energias Renováveis: breves conceitos. Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, n. 149, p. 4-11, Out, 2006.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Reestruturação do setor industrial de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990**. [recurso eletrônico]. – Natal: EDUFRN, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**; métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. [recurso eletrônico] 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, G. A et. al. A questão espacial do desenvolvimento sustentável: características e delimitações. 49-63. In: SILVA, Christian Luiz da. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico, integrado e adaptativo**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SEIFFERT, Mari Elizabete B. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2ª edição. São Paulo: editora Atlas S.A, 2011.

SHAKYA, Rajesh. (2015). **Good governance in public procurement: An evaluation of the role of e-Procurement System**. 10.6084/M9.FIGSHARE.1549718.

SILVA. Enid Rocha Andrade da. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios da Nação** – IPEA – 2018.http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180413_desafios_da_ncao_artigos_vol2_cap35.pdf.

SILVA, Gustavo T. F. da. ; WEISS, Mauricio Andrade; FREITAS, Alessandro. Energias Renováveis e Potenciais Efeitos para o Desenvolvimento Regional no Brasil. Revista Cadernos de Economia. UNOCHAPECÓ, v. 15, n. 28, Jan./Jun. 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MAPA DA PARAÍBA. Disponível em: <https://445b891be8.clvaw-cdnwnd.com/e975f505376c0052cce5eae8a119e965/200000893-9a4479c38d/Mapa%20Paraiba1.jpg>. Acesso em: 16/09/2022, às 23h.

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS. Disponível em: PAA
<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>.
Acesso em: 16/09/2022, às 23h.